

Os caminhos da modernidade em Azevedo Amaral

RICARDO LUIZ DE SOUZA*

Resumo: O texto faz uma análise da obra de Azevedo Amaral, buscando demonstrar como o conceito de identidade nacional ocupa papel central em seu pensamento. Trata, ainda, da articulação feita por ele entre a análise do processo de modernização nacional e as características distintivas da identidade nacional, mostrando como tal identidade embasa a análise feita e fundamenta, de forma autoritária, sua perspectiva política.

Palavras-chave: autoritarismo; raça; identidade nacional.

O desaparecimento da política

Um dos principais teóricos do Estado Novo, Azevedo Amaral é um autor fundamental no processo de estruturação ideológica do regime. Como acentua Souza, “Azevedo Amaral promoveu o embasamento de idéias sobre as quais, de certa forma, foi possível a instituição de um novo estado, naturalmente sendo respeitada a produção de outros intelectuais e a ação dos políticos responsáveis pelo estabelecimento da nova ordem” (Souza, 1999, p. 59).

Trata-se de um autor profundamente pessimista quanto à perspectiva democrática. Ele apresenta, como lembra Baggio, “a questão da viabilidade da democracia entre nós. E suas conclusões não são favoráveis” (Baggio, 1991, p. 127). E não é apenas a democracia que é vista com ceticismo por Amaral: é a própria política que tende a declinar e obscurecer-se perante a preponderância do setor econômico, onde o Estado atua de forma cada vez mais intensa, e esta é, para Amaral, uma tendência internacional (Amaral, 1930, p. 228). A esse processo corresponde, ainda, o declínio do Poder

Legislativo, ligado à política, e a hipertrofia do Executivo, ligado à economia. Dessa forma,

O poder presidencial hipertrofiou-se no Brasil pelo consentimento tácito, não somente das outras forças constitucionais, como da opinião pública que implicitamente aprovava aquela intensificação das prerrogativas da autoridade, cujo papel imediatamente útil era levado a reconhecer. (Amaral, 1930, p. 243)

O autoritarismo não surge, portanto, como uma imposição e sim como resultado de um consentimento (implícito, já que o consentimento explícito reclamaria mecanismos políticos que o próprio autor apressa-se a reconhecer como obsoletos), de uma necessidade e uma tendência internacional. Assim, Amaral busca legitimá-lo.

A esfera política, por ser inútil e anacrônica, está fadada ao desaparecimento; tornou-se um entrave ao desenvolvimento nacional e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais. Trata-se, para o autor, de substituir o Estado político pelo Estado econômico, no qual a ação estatal passaria a agir desvinculada de interesses políticos (Amaral, 1935, p. 236).

Segundo Norberto Bobbio, o avanço científico tende a fazer predominar questões estritamente técnicas, cuja complexidade coloca-as

* Mestre em sociologia e doutorando em História pela UFMG. E-mail: riclsouza@uol.com.br.

fora do espaço de decisão de um referendun democrático (Bobbio, 1997, p. 28). É esta a questão proposta por Amaral, quando ele acentua “o caráter predominantemente técnico dos problemas do Estado moderno” (Amaral, 1934, p. 48) e parte dessa concepção para acentuar o que considera o caráter anacrônico da democracia política. Esse anacronismo é agravado, no Brasil, pela inadequação do regime representativo em relação às características da população brasileira, caracterizada, segundo ele, pela diluição e desarticulação socioeconômica e pela incapacidade de compreender os problemas nacionais. Conclui, então, Amaral:

Copiando um sistema representativo dependente do sufrágio à maneira do que se praticava em países totalmente diferentes do nosso, colocamo-nos em uma situação na qual nunca poderíamos ter tido representação da vontade coletiva, se porventura aquele método fosse aplicado rigorosamente. (Amaral, 1934, p. 158)

A crítica à democracia representativa feita por ele parte da constatação da impossibilidade da adoção do liberalismo no Brasil para chegar, a partir daí, à apologia do autoritarismo. Segundo Velho, ele “chamava a atenção para o fato de que nas condições brasileiras a insistência liberal na democracia eleitoral manteria a política como um reflexo do nosso atraso econômico e cultural” (Velho, 1976, p. 130).

O liberalismo é criticado, ainda, por sua impessoalidade. Enquanto para Sérgio Buarque, por exemplo, a adoção do liberalismo assinalaria a racionalização da esfera política nacional, indicando a passagem do predomínio do homem cordial para a instauração de uma modernidade weberiana, é essa mesma impessoalidade que, para Amaral, impede o surgimento de grandes homens e é destes que a nação precisa para ver galvanizada sua identidade.

Marcadamente determinista, e concedendo largo espaço ao determinismo econômico, Amaral prioriza, nesse aspecto, o voluntarismo e a ação individual, em uma conjugação de fatores ressaltada por Lúcia Lippi Oliveira: “A intuição é obviamente uma qualidade de alguns homens, consubstanciada no gênio político. Neste ponto, a visão sociologizante de Azevedo Amaral sobre a evolução e as crises junta-se à

sua interpretação voluntarista e psicologizante” (Oliveira, 1982, p. 61). Neste sentido, ainda, “Getúlio passa a ser identificado como o primeiro portador da ‘idéia nacional’; o defensor do primado do bem público expresso na atuação de um Estado forte, que rompe com a inadequação liberal” (Gomes, 1997, p. 127). E o ato de governar deve ser, ainda, reservado aos indivíduos que tenham qualidades para tal: “Só é possível governar quando se possuem qualidades superiores, de que são desprovidos os que têm de ser dirigidos e guiados” (Amaral, 1941, p. 38). Cria-se, portanto, uma rígida dualidade entre elites como que predestinadas ao mando e à massa de comandados.

O Brasil é situado entre as “nações que, embora possuam qualidades capazes de assegurar-lhes desenvolvimento e expansão em vários sentidos, são, contudo, subordinadas a influências estranhas que perturbam por muito tempo o curso natural da sua evolução” (Amaral, 1938, p. 128). Entre tais influências situa-se, evidentemente, o liberalismo, que não foi, para o autor, nada mais que um equívoco a ser fatalmente superado.

Nem liberalismo, nem fascismo: Amaral define-se explicitamente como defensor do autoritarismo (embora considere o autoritarismo por ele defendido a mais ampla expressão da democracia), mas recusa qualquer aproximação com o fascismo. Identificando seu pensamento com o Estado Novo, Amaral acentua que “o novo Estado Brasileiro não tem na sua fisionomia, nem nas suas bases doutrinárias e no seu sentido, qualquer analogia com os princípios do fascismo” (Amaral, 1938, p. 143). O autoritarismo não pode, para ele, ser confundido com o totalitarismo: “esse conceito do Estado autoritário, decorrente das condições naturais da plasmagem das sociedades, não envolve o aniquilamento acarretado pelo totalitarismo fascista” (Amaral, 1938, p. 153). E esta distinção estende-se também ao corporativismo:

felizmente a organização corporativa da economia nacional, preceituada como uma das finalidades primaciais do Estado Novo nos termos da letra a do art. 61 da Constituição, nada tem de comum com o corporativismo espúrio que se encontra no regime fascista. (Amaral, 1938, p. 165)

O liberalismo significou, ainda, o predomínio das oligarquias regionais, das quais ele é crítico feroz, e ao qual ele antepõe a defesa de um municipalismo aliado ao poder central, municipalismo, este, no qual localiza as melhores tradições nacionais. Nesse sentido, Gilberto Freyre e os intelectuais paulistas que fizeram o elogio da Revolução de 1932, representantes, respectivamente, de uma oligarquia decadente da qual Freyre é o intérprete quase lúdico e de uma oligarquia derrotada, significam a antítese do autoritarismo centralizador defendido por Azevedo Amaral.

A crítica do autor incide, assim, sobre o poder das oligarquias regionais, responsáveis pela manutenção do ideário liberal. Opondo-se a elas, propõe, como acentua Schwartzman, uma aliança entre o poder local e os setores revolucionários, e foi exatamente tal aliança, na perspectiva de Amaral, que se concretizou após 1930. Dessa forma, conclui Schwartzman, “a Revolução de 30, neste contexto, é vista como um esforço de aproximação da nação com as suas forças telúricas e com o começo de uma nova era” (Schwartzman, 1988, p. 123). A conclusão de Schwartzman é corroborada por um trecho de Amaral no qual se lê: “a província era egoísta e lusitana. O município projetava-se para além da sua esfera acanhada e era essencialmente brasileiro e pelo menos subconscientemente português” (Amaral, 1934, p. 125).

Liberalismo e municipalismo tornam-se antitéticos para Amaral e ele critica a Constituição de 1891 – símbolo do liberalismo para o pensamento autoritário – por não reconhecer a importância vital do município na estruturação da nacionalidade (Amaral, 1934, p. 220). Para um autor como Oliveira Viana, o poder local representa uma estrutura política a ser suplantada pelo centralismo autoritário por ele defendido; para Freyre – mantendo a análise comparativa –, poder local e Estado são fontes de poder que, longe de buscar suplantarem-se, devem procurar a coexistência harmônica, embora o poder local seja pensado em termos de família e não de município; para Amaral, finalmente, o município, em síntese, representa a nacionalidade contra o poder artificial que o liberalismo outorgou à província. O município é, desde a Colônia, origem e síntese da identidade nacional

e, a partir dele, essa identidade deve ser retomada: com base em um processo eminentemente político que, para Freyre, é secundário e mal é abordado. Conclui, então, o autor:

O Município, que pela sua própria natureza não pode ser campo de cultura de tendências orientadas no sentido do particularismo político local, atua como órgão de ação política nacionalista e unificadora. Foi essa a função por ele exercida no período colonial e a ela devemos, como tivemos ocasião de mostrar, a criação de um espírito brasileiro que elaborou tenazmente a Independência e sobreposse na ocasião desta aos particularismos provinciais, permitindo que nos separássemos da metrópole, incorporando no Império nascente todos os territórios portugueses da América. (Amaral, 1934, p. 224)

Indústria e modernidade

Analisando o período colonial, Amaral acentua a origem agrária da identidade nacional, mas essa origem é vista apenas como um empecilho à modernização, gerando a “inércia do espírito agrário” (Amaral, 1930, p. 158). O elogio das qualidades oriundas dessa formação, tão presente em Gilberto Freyre e em Oliveira Viana, mantém-se de forma ambígua, na medida em que tais qualidades tornam-se anacronismos. Isto porque, identificando, no Brasil, a existência de uma elite agrária e de uma elite modernizante, e estabelecendo uma rígida dualidade entre ambas, Amaral afirma que

O primeiro dos dois grupos em apreço era inteiramente destituído de aptidões econômicas e não apreendia as finalidades do Estado como órgão propulsor e regulador das forças produtoras. A classe agrícola tinha uma consciência dos valores econômicos restritos ao setor especial e acanhado em que se movia. (Amaral, 1935, p. 185)

De qualquer forma, Amaral faz uma defesa das elites agrárias, em aparente contradição com sua crítica ao agrarismo. Para ele:

As fases áureas do Estado em todos os tempos e em todos os países têm sido sempre as épocas de predomínio político dos elementos sedentários recrutados na classe agrícola. O caso brasileiro foi mais uma confirmação, aliás

supérflua, do fato inúmeras vezes verificado pela experiência histórica. (Amaral, 1934, p. 151)

Menciona Freyre e concorda com ele quando afirma: “o espírito de sedentariedade encarnado na estrutura estável da Casa Grande e na humildade melancólica da Senzala representa a determinante da fixidez nacional, da resistência às audácias do empreendimento e da moderação no encaminhamento da marcha política” (Amaral, 1934, p. 149) e reconhece um “declínio de nível político da nação” quando a elite agrária é substituída por outros tipos de elite (Amaral, 1934, p. 150). Mas essa contradição se desfaz quando Amaral define o sedentarismo conservador, sem imaginação nem curiosidade, como característica principal dessas elites. Ora, todo o pensamento do autor pauta-se pelo elogio da modernização e da transformação, cabendo à revolução, precisamente, criar as condições sociopolíticas que permitam, dentro de uma situação de estabilidade e manutenção da ordem, a aceleração do processo de modernização. Vivemos, segundo ele, em uma época revolucionária, na qual os tipos de qualidades próprias às elites agrárias já não têm mais lugar.

Já a atitude de lamento perante a modernização imposta pelo desenvolvimento capitalista, comum em Freyre, desaparece; dessa modernização, ressalta-se apenas a indispensabilidade. Para Amaral, “o processo lógico do desenvolvimento orgânico da nossa economia deve ter, forçosamente, como ponto de partida a obtenção do capital, que até hoje continua a ser extremamente escasso no país” (Amaral, 1930, p. 255).

Assim, a vocação agrária, que teve em Alberto Torres, por exemplo, um firme defensor, para não retomarmos Freyre e Viana e não remontarmos a um Tavares Bastos, é enfaticamente negada, e Amaral conclui: “Parece-nos que, no caso especial do Brasil, a ordem lógica do progresso econômico não pode ter como ponto de partida o predomínio da exploração agrária e deve, exatamente, começar pelo surto das indústrias mecânicas” (Amaral, 1930, p. 264).

A modernidade – identificada com o desenvolvimento capitalista – passa de fantasma a solução. E tanto é solução que a identidade

nacional passa a ser identificada não mais com um processo de preservação e, sim, de transformação. Para Amaral:

Brasilidade é movimento. Quando mergulhamos no sentido profundo do Brasil atual, temos a impressão tão certa da evanescência das formas presentes da nossa organização e da nossa vida, que o novo patriotismo brasileiro não se conforma com as categorias clássicas desse sentimento modelado em linhas históricas. (Amaral, 1930, p. 170).

Cria-se, então, uma dicotomia industrialização x agrarismo, e nela temos “a primeira como expressão da modernização e do nacionalismo e a segunda como manifestação de tradicionalismo, de liberalismo e de dependência externa” (Medeiros, 1978, p. 70).

Defensor da modernização como única possibilidade de escaparmos de uma herança agrária vista como maldição, Azevedo Amaral insere-se no pólo oposto a Gilberto Freyre e Oliveira Viana, defensores da manutenção dos valores ligados a essa herança e vistos como os únicos capazes de preservar a identidade nacional. E Amaral, assim como Sérgio Buarque (Holanda, 1996, p. 79), refere-se a Mauá como herói e símbolo dessa modernidade, o que deve-se, provavelmente, também a motivos biográficos, tendo sido seu pai, Ângelo Tomaz do Amaral, parceiro do barão em seu percurso industrializante. Na visão do autor,

Mauá foi o restaurador do sentido econômico da evolução brasileira [...]. Fazer sair o país da órbita acanhada de um agrarismo que nos chumbava à pobreza e nos condenava a permanecer indefinidamente em um nível social e cultural inferior [...] é a idéia central do grandioso plano econômico que Mauá tenta executar e que até certo ponto conseguiu realizar. (Amaral, 1935, p. 1967)

Amaral é, em tudo, a antítese de uma tendência nacionalista de longa tradição no Brasil e que tem sua origem na obra e na atividade de um Alberto Torres e de um Serzedelo Correa. Ele, pelo contrário, defende a entrada do capital externo no Brasil, e ressalta: “negar, pois, que aqueles capitais tivessem exercido influência não somente benéfica, mas decisiva e insubstituível

no desenvolvimento da civilização em nossa terra, é uma proposição que não pode ser tomada a sério" (Amaral, 1934, p. 201).

O autoritarismo e a construção da identidade nacional

Amaral não coloca em questão o predomínio político das elites, sendo este visto como natural e necessário. O que está em questão é o predomínio das antigas elites; estas devem ceder seu lugar às novas elites que nascerão a partir do processo de sindicalização do Estado. Trata-se, portanto, de substituir as antigas elites políticas pelas novas elites corporativas. Segundo ele:

Por meio dessa organização sindical, visando sobretudo os objetivos da coordenação profissional e da eficiência técnica em cada ramo de atividade produtora, formar-se-ia espontaneamente uma elite de dirigentes da vida econômica do país e que seria também incumbida de exercer o controle do Estado. (Amaral, 1935, p. 234)

Amaral retoma, ainda, a crítica às elites feita por um Euclides da Cunha, um Sílvio Romero, um Manoel Bonfim: são elites livrescas e sem contato com a realidade ambiente e que, por isto, "foram deixando de levar em conta nos seus planos de reforma e de progresso o fator capital, que era evidentemente a realidade brasileira" (Amaral, 1934, p. 163). As elites brasileiras, segundo ele, formularam, a partir da Independência, uma reação antinacionalista que teve como base uma tentativa de imitação de ideologias européias (Rousseau é expressamente mencionado), reação esta incentivada pela ação de Pedro II. E ele conclui: "Tornamo-nos assim um curioso caso histórico de uma nação que, tendo tido personalidade coletiva característica quando vivia sob o regime colonial, passou a colonizar-se espiritualmente depois de ter realizado a sua independência histórica" (Amaral, 1934, p. 179).

A ruptura antinacionalista introduzida a partir da Independência impediu, finalmente, a cristalização de uma identidade nacional. Segundo Vieira, devido a tal ruptura, na perspectiva de Amaral

Não firmamos uma verdadeira nacionalidade, pois desde a Independência passamos por uma reação antinacionalista de imitação de doutrinas estranhas. Tendo personalidade própria durante o Período Colonial, o Brasil se coloniza espiritualmente a partir do Império, e acaba por realizar a imitação democrática durante a República Velha. (Vieira, 1981, p. 81)

Enquanto uma parte das elites entrega-se a esse processo de imitação desligado da realidade nacional, contudo, outra parte configura

A expressão grandiosa e quase trágica da procura ansiosa da essência da personalidade nacional perdida por entre o acúmulo de exotismos, de aberrações teóricas, de fantasias de biblioteca e de cópias servis de modelos estranhos, que nos têm acabrunhado desde a época em que, querendo fazer a nossa independência, nos escravizamos mais que nunca ao predomínio das idéias e das formas políticas que não eram nossas. (Amaral, 1934, p. 174)

Entre as duas partes, contudo, Amaral mantém-se equidistante. Isto porque ele recusa essa imitação da qual o liberalismo é a síntese, e também porque, por outro lado, deixa claro ser essa personalidade nacional não algo a ser buscado, mas algo a ser construído com base em uma ação política autoritária capaz de realizá-la. Portanto, não coube à Revolução de 30 adequar-se à identidade nacional, mas constatar sua inconsistência e buscar criá-la a partir dessa constatação, como ela própria cedo descobriu: "A revolução apoderou-se do país e quando, passado o momento de exaltação da fácil vitória, se viu com as responsabilidades de traçar novas diretrizes ao Brasil, descobriu que nada tinha em si para inspirá-la e orientá-la" (Amaral, 1934, p. 208). Amaral chega, aqui, a uma conclusão que Lamounier define como comum ao pensamento autoritário: "Trata-se de imprimir forma, de produzir estrutura e diferenciação funcional numa sociedade percebida como amorfa, amebóide" (Lamounier, 1977, p. 362).

Este é um tópico fundamental para a compreensão do pensamento do autor. Mais que justificado pela identidade nacional, o autoritarismo, em Amaral, tem como função edificá-la. Por meio dele,

A personalidade nacional transforma-se, assumindo pela primeira vez a fisionomia inconfundível de uma síntese representativa dos traços especiais da nossa formação [...]. A esse fenômeno de desenvolvimento, que assinala uma espécie de puberdade nacional, não é possível designar por palavra mais feliz que a de brasilidade, já consagrada no vocabulário da geração nova, em que mais viva se exprime a consciência nascente de nossa nacionalidade. (Amaral, 1930, p. 108)

A identidade nacional é, assim, um projeto a ser realizado, mas essa realização deverá tomar como ponto de partida um material de qualidade bastante inferior. Para Amaral, não passamos, ainda, de uma “multidão desorganizada. Infelizmente é isso que ainda somos e a prova do fato se define não somente na desorganização das nossas atividades comuns, como nos traços mais ridículos e mais desprezíveis da psicologia individual do brasileiro” (Amaral, 1930, p. 296). Em Amaral, a apologia da especificidade brasileira feita por Gilberto Freyre desaparece por completo e o que temos é uma perspectiva inteiramente negativa do caráter nacional. Cria-se, em sua obra, uma antítese entre a ação estatal, vista como responsável pela criação de uma identidade nacional, e a própria identidade derivada da sociedade, vista como negativa e a antítese mesma do projeto estatal. Entre Estado e sociedade, portanto, não há continuidade.

Amaral toma como pressuposto o caráter inconsistente que define a identidade nacional. Para ele,

o primeiro fato a considerar-se no nosso caso é não sermos ainda uma nacionalidade definida e cristalizada em linhas precisas de uma estrutura coletiva característica. Somos precisamente um povo e chegamos mesmo a constituir uma nação, mas estamos longe de formarmos uma verdadeira nacionalidade. (Amaral, 1934, p. 11)

Mais tarde, contudo, esse pressuposto é relativizado e inserido em um processo político. Não é que a identidade nacional inexistia: ela, apenas, estava submersa e as idéias e atividades levadas a cabo após 1930 “vão sucessivamente trazendo à luz possibilidades recalçadas da perso-

nalidade coletiva do Brasil” (Amaral, 1941a, p. 140).

A manutenção de um compromisso histórico com o passado colonial como forma de manter a identidade e especificidade como nação – conceito tão presente nas obras de Gilberto Freyre – torna-se, para Amaral, como já era em Manoel Bomfim, mero arcaísmo a ser demolido, e a imagem que ele utiliza é, precisamente, a de demolição. Segundo ele, “o velho pardieiro que Portugal construía aqui e cujo estilo ultramarino se delineava bem claro, apesar da aparatosa pintura verde-amarela com que o nacionalisaram, ruiu dramaticamente ao impulso da quartelada de Outubro” (Amaral, 1935, p. 7).

Trata-se de um processo de transformação a ser conduzido pelas elites, já que todo processo de transformação tem origem, necessariamente, na ação por elas conduzida. Isto porque “as massas são essencialmente inertes; sem a voz de comando elas se deixam ficar onde estão e continuam no mesmo equilíbrio em que sempre estiveram” (Amaral, 1934, p. 166). Revoluções são feitas pelas elites: o resto é desordem. E uma revolução distingue-se da mera desordem por dois traços, ambos presentes, segundo Amaral, na Revolução de 30: um é seu caráter construtivo, e outro “a origem do ímpeto violento na ação de forças profundas, que se integram na realidade social, decorrendo da pressão dessa própria realidade e patenteando-se nas expressões recalçadas do descontentamento coletivo” (Amaral, 1941a, p. 135). Nisto, ela difere do caráter negativo impresso à idéia de revolução pelas “tendências negativistas do liberalismo democrático”. Isto porque, a partir do liberalismo, a revolução ganhou a “fisionomia de um colapso de estruturas preexistentes e de transformação violenta de quadros dirigentes, sem outras finalidades que não as de natureza destrutiva” (Amaral, 1941a, p. 133).

É o que diferencia a Revolução de 30, segundo Amaral, de outros processos de transformação registrados na história brasileira: ela tem um sentido construtivo e, mais que isto, restaurador. Como acentua Gomes,

cabe assinalar, neste contexto, o significado específico atribuído à dimensão “restauradora” do processo revolucionário que se inaugura em 1930 e que se completaria em 1937. Esse

processo significa basicamente a retomada de nossa vocação histórica, a continuidade da construção de nossa nacionalidade. (Gomes, 1982, p. 115)

Registre-se que, em 1930, Amaral deu seu apoio a Júlio Prestes, e não a Vargas (Paranhos, 1999, p. 58). Mas as coisas mudam e, para o autor, no período, evitou-se, no Brasil, um colapso social que seria fatal com a manutenção do liberalismo. A Revolução de 30 salvou o país da opção entre oligarquia e anarquia imposta a ele pela Constituição de 1891 e, nesse sentido, “ela veio impedir que o antigo regime soçobrasse no meio de uma situação positivamente anárquica” (Amaral, 1941a, p. 137-138). Retoma-se, aqui, o conhecido adágio de Antônio Carlos: façamos a revolução antes que o povo a faça. E, nesse processo, Amaral define o Estado Novo, ou Estado Nacional, como ele o chama aqui, como um marco: “O Estado Nacional é definitivo, no sentido de que dele não é possível mais nenhum retrocesso... Mas o Estado Nacional é um Estado revolucionário e, portanto, tem um sentido, inconfundivelmente progressivo” (Amaral, 1941a, p. 141).

Ao escrever O Estado autoritário e a realidade nacional, logo após a instauração do Estado Novo, Amaral tem o objetivo de analisá-lo, traçar sua genealogia e fazer sua defesa. Esta é feita com base, principalmente, em dois argumentos: o Estado Novo possibilitou a identificação entre Nação e Estado, fazendo do segundo a encarnação da primeira, e é um regime essencialmente democrático, permitindo ampla expressão popular, com o desaparecimento do político profissional (Amaral, 1938, p. 7). Regime modernizador e instrumento de modernização, o Estado Novo é, ao mesmo tempo, nacionalista e tradicionalista, buscando uma transformação política de acordo com as tradições nacionais; busca, em outras palavras, uma modernização que não coloque em risco o arcabouço tradicional de dominação. Segundo Amaral, “em obediência ao conceito nacionalista, que forma uma das colunas mestras da estrutura constitucional, ressalta do texto do estatuto de 10 de Novembro o intuito de articular a nova ordem política com a corrente histórica das tradições brasileiras” (Amaral, 1938, p. 135).

A Revolução de 30 é vista tanto como uma revolução quanto como uma restauração. Na perspectiva de Amaral, segundo Gomes, “esse processo traduzia a retomada de nossa vocação histórica, a continuação da construção de nossa nacionalidade [...]. A ‘Restauração’ seria um verdadeiro ato de construção da terra e do homem, pela exploração da primeira e a formação do segundo” (Gomes, 1988, p. 210-212).

Raça e autoritarismo

A análise política de Amaral é inseparável, por outro lado, da discussão por ele levada adiante sobre a questão racial e, para a análise dessa questão feita pelo autor, tomo como ponto de partida a análise de Aspásia Alcântara. A autora menciona a perda de preponderância dos condicionamentos raciais no modelo explicativo proposto por Amaral, e salienta:

O poder criador da inteligência humana apresenta-se assim como variável não controlada no modelo do autor. Ele não a subordina mais aos fatores biológicos nem em suas disposições metodológicas, nem nas análises substantivas referentes a situações históricas concretas que realiza – o que confere à nova abordagem um caráter voluntarista, em flagrante oposição ao enfoque determinista do período anterior. (Alcântara, 1967, p. 200)

Dessa mudança de perspectiva metodológica ela extrai, também, uma mudança de perspectiva política ligada à questão racial. Para Alcântara:

Ao mesmo tempo que sustenta, ao longo de toda a sua obra, serem a hierarquia e a disciplina os parâmetros mesmos da organização social e ser o progresso social fruto da ação política de grupos dominantes, em geral minoritários, em Ensaio brasileiro, tal supremacia justificava-se pela superioridade racial ou étnica desses grupos, ao passo que, em livros posteriores, os fatores relevantes são de natureza intelectual, técnica, possibilidades de formulação ideológica, etc. (Alcântara, 1967, p. 205)

Ao visualizar essa mudança de perspectiva política, a autora deixa de perceber, contudo, o

liame fundamental, existente na obra de Amaral, entre racismo e autoritarismo. Nela, a derivação da ideologia autoritária da análise da questão racial é explícita. Ele deriva a constituição política de uma nação diretamente de sua formação racial. Dessa forma, ele afirma: “a formação do Estado de tipo militar, econômico ou político vem a ser, portanto, função de atributos específicos hereditariamente transmitidos e constituindo a fisionomia racial dos diferentes grupos humanos” (Amaral, 1935, p. 23).

A análise da questão racial, em Amaral, subsidia diretamente a construção do autoritarismo: nele, racismo e autoritarismo fundem-se orgânica e diretamente. A evolução e o progresso da humanidade derivam, necessariamente, do domínio das raças superiores sobre as inferiores, têm como obstáculo a mistura entre essas raças e tomam como pressuposto o controle dos membros das raças inferiores pelas superiores, definido como “verdadeiro trabalho de domesticação, comparável ao que permitira ao homem primitivo tornar os animais cooperadores da obra inicial do desenvolvimento humano” (Amaral, 1930, p. 84).

A eugenia, definida como “aplicação prática à vida social das noções adquiridas pela ciência da genética” (Amaral, 1930, p. 94), tem sua importância e validade científica reconhecidas por Amaral e torna-se um instrumento de formação da nacionalidade. Ele acentua, assim, “a importância primordial de uma organização eficiente de defesa do futuro da nacionalidade por métodos científicos de seleção eugênica dos elementos, que poderão assegurar a elevação constante do nosso nível de capacidade biológica e de desenvolvimento intelectual” (Amaral, 1930, p. 278) e – o que é mais importante – define-a como um instrumento de auxílio indispensável ao trabalho do estadista. Raça e política, em Amaral, são indissociáveis e assim permaneceram ao longo de sua obra.

Amaral é um crítico radical da miscigenação, definida como a origem dos defeitos étnicos nacionais e, aqui, ele pode ser considerado a antítese de Gilberto Freyre. Ao criticar o processo de miscigenação levado adiante pelos portugueses – processo que, para Freyre, foi o que permitiu ao Brasil constituir-se como nação –, afirma que

Por mais penoso que seja ao orgulho nacional, na análise sociológica da nossa evolução freqüentemente se nos deparam, entre os traços da fisionomia coletiva do povo brasileiro, inequívocos vestígios dos estigmas hereditários, impressos por aqueles patriarcas pouco recomendáveis da nacionalidade. (Amaral, 1930, p. 132)

Amaral inverte, assim, o raciocínio de Freyre: para este, a miscigenação torna-se pressuposto da democracia racial; é, portanto, um instrumento de democratização social e política. Para Amaral, é a própria miscigenação que torna-se um entrave para a democracia. Segundo ele,

No caso brasileiro a coexistência de culturas contraditórias em permanente conflito, não apenas na sociedade, como também na mentalidade individual de cada um dos produtos da mestiçagem, parece criar uma causa irremovível e inevitável de todas as tentativas de adaptação ao regime democrático. (Amaral, 1934, p. 248)

A miscigenação foi incapaz, por outro lado, de criar uma uniformidade nacional; de construir uma nação homogênea, em suma. Prevaecem tipos regionais que constituem

Tipos inconfundíveis que poderão caldear-se psiquicamente pelo entrelaçamento das atividades culturais e pela evolução formativa de uma etnia brasileira, mas que por ora são outros tantos núcleos individualizados, em torno dos quais as futuras vicissitudes históricas poderão formar centros de esfacelamento nacional. (Amaral, 1934, p. 198)

Onde Freyre faz a defesa do regionalismo e salienta a necessidade de manutenção das especificidades regionais, Amaral vê apenas um risco para a unidade nacional, a ser superado pela adoção de um regime político autoritário capaz de destruir as barreiras construídas pelas diferenças regionais, “permitindo o caldeamento espiritual da nação” (Amaral, 1934, p. 198).

O mestiço, para Amaral, foge do trabalho manual e tende ao parasitismo, tendência esta originária do processo histórico de sua inserção na sociedade. O autor descreve assim esse processo:

A organização da economia colonial não proporcionava nos seus quadros lugar adequado às atividades desse grupo cada vez maior de elementos representativos da mestiçagem [...]. Na lógica da situação essa gente intermediária gravitou para as vilas e cidades, onde foi encontrando ocupações menos onerosas e de caráter um tanto parasitário. Foi com elementos pertencentes a esse grupo mestiço que se formou principalmente a camada subalterna do funcionalismo público. (Amaral, 1941b, p. 32)

Amaral identifica o mestiço com a pequena burguesia e com o homem livre espremido entre o senhor e o escravo e outorga-lhe uma função política com base na qual a crítica ao mestiço e ao liberalismo terminam por confundir-se. Ao tratar da miscigenação, a partir de um certo momento de sua análise, não sabemos bem se é ao mestiço ou se à determinada classe social que Amaral se refere, ou se o mestiço transformou-se em classe social específica. E o autor conclui

Assim a grande classe constituída pelos elementos que não pertenciam nem à classe dirigente da economia nacional, nem às massas escravas que naquela organização peculiar representavam o papel do proletariado, tornou-se um grupo caracterizado por uma febril atividade política [...]. A nova classe política de origem plebéia, que rapidamente se organizou no Brasil a partir do segundo decênio do século XIX, era destituída de mentalidade econômica e encarava o Estado como o único instrumento, através do qual não somente podia satisfazer a sua ânsia de domínio e de prestígio, como assegurar a manutenção sem o dispêndio de grandes energias no trabalho. (Amaral, 1934, p. 163-164)

A análise de Amaral leva, portanto, à constatação das raízes plebéias e mestiças do liberalismo, ou seja, o liberalismo é visto como um mecanismo de ascensão das classes populares e do mestiço, e como tal ele é criticado. E é no contexto dessa crítica que sua defesa do corporativismo é melhor compreendida, uma vez que, para ele, “uma organização nacional corporativa excluiria a possibilidade da subsistência de grupos parasitários e a formação de novos núcleos deste gênero” (Amaral, 1935, p. 234).

E em que sentido se daria essa exclusão? Esta questão pode ser respondida pela análise das características próprias do mestiço e da forma como elas atuam no processo político. Amaral vê o mestiço como um elemento com tendência a uma insubordinação crônica contra todas as formas de autoridade disciplinadora, provocada seja por fatores étnicos, seja por um certo psiquismo gerado pelas funções nas quais atua. Os mestiços, de qualquer forma, tendem a exercer uma função desagregadora no Estado autoritário por ele idealizado, cabendo, portanto, não a ele, mas ao homem branco, a construção da nacionalidade. Para o autor,

O problema étnico brasileiro – chave de todo o destino da nacionalidade – resume-se à determinação de qual virá a ser o fator da tríplice miscigenação que aqui se opera a que caberá impor a ascendência no resultado definitivo do caldeamento. E cabe assegurar a vitória étnica dos elementos representativos das raças e da cultura da Europa se os reforçarmos pelo afluxo contínuo de novos contingentes brancos. (Amaral, 1938, p. 231)

Ao mesmo tempo, a construção de uma nacionalidade pressupõe a existência de um Estado autoritário capaz de coordenar e orientar os elementos justapostos na sociedade (Amaral, 1938, p. 153). Cabe, portanto, a esse Estado autoritário orientar e dar condições ao homem branco para que leve a cabo a construção da nacionalidade: questão racial e ideologia autoritária entrelaçam-se de forma indissociável.

Questões de método

Não é, contudo, a questão racial que alicerça a doutrina autoritária do autor, embora, como vimos, não possa ser descartada como fator estruturante de seu pensamento. Não é possível mesmo, em sua obra, hierarquizar fatores explicativos, como salienta Oliveira: “O autor não hierarquiza o que considera fatores explicativos; encontramos a mais explícita versão racial logo após a defesa do valor fundamental das forças econômicas” (Oliveira, 1982, p. 50). De qualquer forma, como Santos ressalta, Amaral “certamente não foi original, nem particularmente brilhante, ao adotar tal explicação

biológica, e seria fácil descredita-lo, com a ajuda de poucas citações". O autoritarismo, para Amaral, adequa-se, ao contrário do liberalismo, a uma época na qual os conflitos sociopolíticos tendem a ser potencializados pela produção econômica. Ele seria, nesse sentido, o sistema político adequado e viável para a sua época. Referindo-se ao autor, então, Santos conclui:

Na atual sociedade de massa, diz ele, o conflito social é uma ameaça à sobrevivência da sociedade inteira, se sua solução, como exigido pelo Estado liberal, depender estritamente dos agentes privados [...]. Os sistemas autoritários não são naturalmente legítimos, mas justificam-se na medida em que evitem conflitos capazes de destruir a estrutura social e distribuam, a cada parte envolvida nos conflitos, seu justo ganho. (Santos, 1998, p. 44-45)

Para fazer, finalmente, uma rápida análise metodológica da obra de Amaral, partirei de Ensaio brasileiro, uma vez que é nesse livro que ele delineia seu método com maior clareza. Amaral postula um certo determinismo econômico, sendo o progresso econômico e científico, segundo ele, o determinante em relação "às diretrizes que foram sendo impostas às sociedades, bem como aos aspectos políticos da sua organização" (Amaral, 1930, p. 25). O determinismo econômico por ele defendido não é, contudo, de mão única. Dessa forma,

se é certo que a organização da produção decorrente dos inventos técnicos vem a ser o fator decisivo na plasmagem das formas de vida social, tanto material como espiritual, é também evidente que aquela organização será tanto mais perfeita quanto mais eficientes forem as expressões do gênio inventivo. (Amaral, 1930, p. 49)

Tal determinismo confunde-se, ainda, com o determinismo racial, gerando uma situação na qual "os fenômenos econômicos resultantes da ação do homem sobre o meio reagem na seleção biológica de que depende fundamentalmente a marcha evolutiva ou o retrocesso das sociedades às condições iniciais da barbárie" (Amaral, 1930, p. 100). Ao evocar expressões como marcha evolutiva ou retrocesso das sociedades, Amaral situa-se em pleno evolucionismo, e ele é estritamente evolucionista. Para ele, "na ordem sociológica podemos, portanto, distinguir a barbárie da civilização e as diferentes etapas desta entre si pelo maior ou menor adiantamento e complicação da estrutura orgânica da sociedade em apreço" (Amaral, 1930, p. 249).

Medeiros define como prismas teóricos de Amaral o organicismo, o pragmatismo, a industrialização, o tecnologismo e o evolucionismo (Medeiros, 1978, p. 133). Já Ramos acentua o caráter historicista de sua obra. Segundo Ramos, "Azevedo Amaral procurou explicar os acontecimentos dos anos críticos da década de trinta à maneira por assim dizer historicista. Ele via no presente a incidência do passado" (Ramos, 1961, p. 174). E eu acentuo um marcado determinismo que faz com que diferentes tipos de organização social derivem de "elementos instintivos que constituem características fundamentais da vida biopsíquica do homem que são, respectivamente, o instinto de conservação, o instinto nutritivo e o instinto de domínio" (Amaral, 1935, p. 9). Quanto à sua temática, ela é definida desta forma por Santos:

Suas elaborações se estendem desde a relação existente entre o autoritarismo e os gigantes Estados industriais modernos, as bases sociais do moderno autoritarismo, o papel proeminente das elites tecnocráticas nos Estados industriais, uma tipologia de sistemas políticos, uma teoria da história brasileira, para mencionar apenas algumas de suas realizações intelectuais. (Santos, 1970, p. 154)

Amaral é, de fato, entre os pensadores autoritários, o que abordou uma temática mais especificamente política, o que mais longa e exaustivamente abordou a questão do poder e o que definiu com mais precisão as características do pensamento autoritário brasileiro.

Conclusão

Se pensarmos as diretrizes políticas e econômicas adotadas a partir de 1964 – a centralização política, a retomada do autoritarismo, os conceitos de modernidade e desenvolvimento ligados à industrialização, já presente, aliás, desde os anos 30, a ênfase dada ao capital externo, contraditada pelo nacionalismo cres-

cente nos anos Geisel (o que levaria ao exílio intelectual de um Roberto Campos) –, reencontramos, nelas, alguns dos princípios fundamentais do pensamento de Azevedo Amaral. Entre os pensadores autoritários e os autores fundamentais dos anos 30 e 40, portanto, Amaral desfruta de uma peculiaridade: coube a ele delinear os caminhos que, de fato, viriam a ser seguidos pelo processo brasileiro de desenvolvimento econômico – um desenvolvimento fortemente apoiado ao mesmo tempo na ação estatal e no capital externo e tendo os seus pilares na industrialização e na urbanização. Não é exagero, nesse sentido, afirmar que, entre seus contemporâneos, coube a Azevedo Amaral apontar os caminhos da modernidade no Brasil, e o debate sobre tais caminhos permanece, em certa medida, sendo um debate sobre suas idéias.

Abstract: This paper analyses the work of Azevedo Amaral. It tries to show how the concept of national identity is central in his theory. It also deals with his assumption that the national modernization process is related with the distinctive characteristics of national identity, showing how identity is used as a base to the author analysis and how, authoritarily, this concept supports his political perspective.

Key words: authoritarianism; race; national identity.

Referências

ALCÂNTARA, Aspásia Brasileiro. A teoria política de Azevedo Amaral. Dados, n. 2, Rio de Janeiro: Iuperj, 1967.

AMARAL, Azevedo. Ensaio brasileiro. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930.

_____. O Brasil na crise atual. São Paulo: Nacional, 1934.

_____. A aventura política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. O Estado autoritário e a realidade nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

_____. Getúlio Vargas, estadista. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

_____. A revolução brasileira. Cultura Política, n. 5. Rio de Janeiro, 1941a.

_____. Evolução da política imperial. Cultura Política, n. 2. Rio de Janeiro, 1941b.

BAGGIO, Sheila Brandão. A trajetória do liberalismo ao autoritarismo no Brasil: os anos 30 na visão de

seus contemporâneos. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 73. Belo Horizonte: UFMG, 1991.

BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimto do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. A invenção trabalhista. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

_____. A construção de mitos e os usos do passado nacional: Vargas e Perón. História, v.16. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1977, tomo III, v. II.

MEDEIROS, Jarbas. Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PARANHOS, Adalberto. O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

RAMOS, Guerreiro. A crise do poder no Brasil (problemas da revolução social brasileira). Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da imaginação política brasileira. Dados, n. 7. Rio de Janeiro: Iuperj, 1970.

_____. Décadas de espanto e uma apologia democrática. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SOUZA, Francisco Martins de. Raízes teóricas do corporativismo brasileiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo: Difel, 1976.

VIEIRA, Evaldo. Autoritarismo e corporativismo no Brasil (Oliveira Vianna & Companhia). São Paulo: Cortez, 1981.